

Programa de Fomento à Inclusão Social e Produtiva: diagnóstico e avaliação de uma ação desenvolvida no Município de Três Passos

Arnaldo Tonellotto Junior¹
Divanilde Guerra²
Eduardo Lorensi de Souza³
Marlon de Castro Vasconcelos⁴
Glaciela Cristina R. da Silva Scherer⁵
Nadia Ligianara D. Nyari⁶
Douglas Wegner Kunz⁷
Cassiano Peixoto Rosa⁸

Resumo: A inclusão social pode ser caracterizada como meios e ações que reduzem ou combatem as desigualdades. A inclusão dos agricultores que se encontram na faixa de extrema pobreza nos sistemas produtivos é muito importante e para que isso ocorra, programas e políticas públicas são fundamentais. Desta forma, este trabalho teve como objetivo fazer um diagnóstico das famílias participantes e posteriormente avaliar a efetividade de um Programa de Fomento à inclusão social e produtiva no município de Três Passos – RS. A metodologia adotada consistiu na realização de um diagnóstico das propriedades rurais das famílias participantes, procedida por atividades como palestras, visitas técnicas e assistência técnica e por fim pela avaliação da efetividade do programa junto a 48 famílias de agricultores familiares participantes do programa ao longo de dois anos. Como resultados observou-se que muitas famílias vivem em condições precárias de moradia, com pouca área agrícola e pouca assistência técnica, mas com o desenvolvimento de ações de fomento resultados significativos podem ser alcançados. Portanto, este programa de fomento e inclusão social se mostrou muito eficiente para as famílias participantes no município.

¹ Engenheiro agrônomo da Emater/RS – ASCAR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Bom Progresso – RS. Aluno do Curso de especialização em Segurança Alimentar e Agroecologia da UERGS Unidade em Três Passos.

² Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade em Três Passos, Rua Cipriano Barata, 211 - Bairro Érico Veríssimo, 98600-000, Três Passos, RS, Brasil, Doutora em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, RS.

³ Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade em Três Passos, Rua Cipriano Barata, 211 - Bairro Érico Veríssimo, 98600-000, Três Passos, RS, Brasil, Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS.

⁴ Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade em Três Passos, Rua Cipriano Barata, 211 - Bairro Érico Veríssimo, 98600-000, Três Passos, RS, Brasil, Doutor em Ecologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, RS.

⁵ Doutoranda em Engenharia de Alimentos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI - Erechim, RS, Brasil, Departamento de Engenharia de Alimentos, Av. Sete de Setembro, 1621, 99709-910, Erechim, RS.

⁶ Professora da Faculdade LaSalle de Lucas do Rio Verde, Avenida Universitária, 1000 W, 78455-000, Lucas do Rio Verde, MT, Brasil, Doutora em Engenharia de Alimentos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI Erechim, RS.

⁷ Discente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade em Três Passos, Rua Cipriano Barata, 211 - Bairro Érico Veríssimo, 98600-000, Três Passos, RS, Brasil.

⁸ Discente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade em Três Passos, Rua Cipriano Barata, 211 - Bairro Érico Veríssimo, 98600-000, Três Passos, RS, Brasil.

Palavras chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Desigualdade Social.

Abstract: Social inclusion can be characterized as means and actions that reduce or combat inequalities. The inclusion of farmers in extreme poverty in the production systems is very important and for this to happen, public policies and programs are fundamental. In this way, the objective of this study was to make a diagnosis of the participating families and later evaluate the effectiveness of a Social and Productive Inclusion Program in Três Passos - RS. The methodology adopted consisted of a diagnosis of the rural properties of the participating families, carried out by activities such as lecture, technical visits and technical assistance, and finally by evaluating the effectiveness of the program with 48 families of family farmers participating in the program over two years. As a result, it was observed that many families live in poor housing conditions, with little agricultural area and little technical assistance, but with the development of development actions, significant results can be achieved. Therefore, this social promotion and inclusion program proved to be very effective for the participating families in the municipality.

Keywords: Family farming; Public policy; Social inequality.

INTRODUÇÃO

O município de Três Passos está localizado na região Celeiro do Noroeste do Rio Grande do Sul, distante 470 km da Capital, Porto Alegre. Possui uma extensão de 262 km quadrados, com 24.485 habitantes (IBGE, 2018). A região caracteriza-se por ser essencialmente agrícola e com um grande número de pequenos estabelecimentos rurais (TRENNEPOHL e MACAGNAN, 2008; KNIGHT, 2018). A soja constitui-se na principal cultura agrícola regional, enquanto que, na pecuária, a suinocultura é a atividade de maior expressão regional, seguida pela bovinocultura de leite, sendo todos os sistemas de produção baseados na propriedade rural familiar (CASTRO, 2001; GUANZIROLI, 2001; ABRAMOVAY e MORELLO, 2010; MACHADO, 2018).

A agricultura familiar tem um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de uma comunidade, município, região, Estado e País. Conforme Abramovay (1998 e 1999), a agricultura familiar não somente supõe a garantia do abastecimento alimentar do país, mas também, que está representa uma opção estratégica em favor de um desenvolvimento mais equilibrado da sociedade. Consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, gerenciadas e

operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999; ABRAMOVAY, 2009).

Sabe-se que a Revolução Verde, política agrícola adotada no final do século passado, primava pelo desenvolvimento a qualquer custo (SILVA, 2007; MATOS, 2011). Sem preocupação com os recursos naturais, beneficiou apenas a minoria dos agricultores com a forte aquisição de tecnologias, máquinas e implementos agrícolas e levou a dependência das multinacionais para atender ao completo ciclo da produção dos alimentos, tendo por consequência o êxodo rural e a escassez na produção de alimentos (DA COSTA e GONÇALVES, 2015; SCHNEIDER, 2016; NOVAES, 2017; AQUINO et al., 2018). Diante disso, a falta de alimentos sinaliza para a crise do modelo de agricultura vigente (HOBELINK, 1990; SERRA et al., 2016). Por isso é necessário buscar uma alternativa mais igualitária frente às dificuldades dos sistemas atuais de produção (ALBERGONI e PELAEZ, 2007). Para tanto, a agricultura familiar tem papel fundamental na produção de alimentos destinados a erradicação da fome e da pobreza, na base da segurança alimentar e nutricional, na gestão dos recursos naturais, na proteção ao meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável (ABRAMOVAY, 1992; ABRAMOVAY, 2000; MATTEI, 2015; SABOURIN, 2017). Porém, para atingir estes objetivos investimentos públicos devem ser direcionados a estes sistemas de produção.

Políticas públicas são ações dos governos para alcançar a emancipação dos indivíduos e da coletividade. Estas podem representar uma alternativa para a diminuição da desigualdade e permitir a segurança alimentar das populações com menor renda. Segundo Mielitz Netto (2010) a democratização e o amadurecimento da participação comunitária, através de conselhos, na definição de políticas públicas, tem permitido que a população rural se beneficie através destes instrumentos. Para Grisa e Schneider, (2014) as políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses e funcionam via planejamento, racionalização e participação popular.

As políticas públicas podem ser caracterizadas como a cara do Estado por meio de programas, projetos e atividades que tem a finalidade de atender às demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não

Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

estatal. O termo política pública pode ter abrangência maior ou menor, ora indica um campo de atividade, ora um propósito político bem concreto, ora um programa de ação ou até os resultados obtidos por um programa (GRISA e SCHNEIDER, 2014; MATTEI, 2015; DELGADO e BERGAMASCO, 2017).

O Programa de Fomento à Inclusão Social e Produtiva integra o Plano Brasil Sem Miséria. Este foi lançado em 2011, e foi executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Programa foi destinado a agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadravam na Lei nº 11.326/2006, ou seja, direcionado às famílias que se encontravam em situação de pobreza extrema, com renda per capita inferior a R\$ 70,00 por mês (SANTOS, 2017), desde que estivessem inscritos no Cadastro Único do Governo Federal. No Rio Grande do Sul (RS), as ações foram desenvolvidas em conjunto pelo Governo do Estado, através da coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a EMATER/RS ASCAR (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), sendo esta última a entidade executora. Desta forma, este trabalho teve como objetivo fazer um diagnóstico das famílias participantes e posteriormente avaliar a efetividade de um Programa de Fomento à inclusão social e produtiva no município de Três Passos – RS.

MATERIAL E MÉTODOS

Em Três Passos o Programa de Fomento à inclusão social e produtiva iniciou no ano de 2012 com a formação do Comitê Gestor onde a EMATER/ASCAR, escritório municipal em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), profissionais das Secretarias Municipais da Agricultura e Assistência Social, que avaliaram a proposta e selecionaram as famílias beneficiárias da ação.

Foram selecionadas e avaliadas 48 famílias que estavam na faixa da extrema pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 70,00 e por estarem inscritas no Cadastro Único e possuírem Declaração de Aptidão ao Pronaf e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. As famílias participantes pertenciam a cinco (5) localidades diferentes do interior do

município de Três Passos: Linha Floresta, Erval Novo, Padre Gonzales, Bela Vista e Santo Antônio.

As etapas iniciais do Programa, consistiram na mobilização, seleção das famílias e diagnóstico da unidade produtiva familiar. Após a assinatura do termo de adesão, a EMATER iniciou o trabalho de lançamento do cadastro dos beneficiários no sistema do Brasil Sem Miséria. Posteriormente, orientações foram feitas a fim de permitir o acesso às políticas públicas, através de oficinas, palestras, visitas técnicas e atividades de capacitação continuadas.

Todas as famílias receberam acompanhamento ao longo do período, sendo dada orientação técnica, feita a elaboração de laudos técnicos, avaliação, monitoramento, além do Fomento, que é um recurso financeiro não reembolsável no valor de R\$ 2.400,00, divididos em três parcelas, sendo a primeira parcela de R\$ 1.000,00 e as duas demais de R\$ 700,00. Recursos estes que foram investidos nas unidades de produção a fim de garantir a produção de alimentos e renda para a família.

A metodologia utilizada no desenvolvimento do programa foi a participativa – dialógica com capacitações interativas, incentivo as experiências práticas, aliadas ao conhecimento teórico de forma a construir o resgate do saber fazer dos sujeitos envolvidos, além da participação atuante do Comitê Gestor.

Após a finalização do programa os resultados obtidos foram avaliados através do método de análise de conteúdo pela aplicação de um questionário aos participantes do programa de inclusão social e produtiva no município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na região Celeiro são encontradas inúmeras famílias vivendo na zona de pobreza. Por isso, políticas públicas como o Programa de Fomento à inclusão social e produtiva são fundamentais para reverter esta situação, pois tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no meio rural, através da inclusão social e produtiva das famílias assistidas, pelo incentivo à produção para autoconsumo e comercialização do excedente, além de ampliar o acesso a assistência técnica e a políticas de transferência de renda, objetivando a melhoria da qualidade de vida. Todos estes fatores podem levar a segurança alimentar e nutricional para as

Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

famílias, pois esta se caracteriza pelo direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o atendimento de outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006^a, art.3º).

Segundo relatos dos profissionais envolvidos na ação, nos primeiros encontros com as famílias houve momentos de estranheza, pois quase ninguém se conhecia. A apresentação do programa e das responsabilidades de cada um gerou uma angústia para os profissionais que tiveram que trabalhar com as desigualdades que se apresentavam, além de dar credibilidade ao Programa e criar laços de confiança entre os beneficiários, pois além do acompanhamento técnico, estava sendo proposta a aplicação de recursos na propriedade e que viriam no cartão do Bolsa Família, ou seja, um processo de responsabilidade e cidadania.

Após a realização do diagnóstico, ou seja, levantamento de dados das propriedades, pensou-se em ações para viabilizar os sistemas de produção. Para atender ao objetivo do programa relacionado a Inclusão Produtiva, os profissionais extensionistas acompanharam as famílias nas atividades a fim de ampliar a segurança alimentar gerando renda para os beneficiários, entre eles, jovens e mulheres. Para atender ao objetivo relacionado a Inclusão Social, foram levantadas demandas dos integrantes das famílias sobre educação, saúde, saneamento, além de políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, entre outros, e informando sobre o acesso a estas políticas públicas.

Em uma das ações desenvolvidas falou-se na questão previdenciária, item muito importante, principalmente para as famílias que tem dificuldades com documentos, tanto da terra, como de bloco de produtor, representando mais um passo para essas famílias serem inseridas como agricultores. Foram ministradas palestras sobre as temáticas: aposentadoria rural, licença maternidade, auxílio doença, bloco de produtor e permanência dos jovens no meio rural. De acordo com Pasquetti (2018) a renda gerada nas unidades de produção é apresentada como o principal fator, sendo decisivo para que aconteça, ou não, a sucessão na agricultura familiar.

Também foram trabalhados assuntos relacionados a saúde do trabalhador com medidas de prevenção de acidentes, pois na maioria das vezes trabalha-se somente as consequências e Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

não as causas. A motivação para as famílias foi de manter os equipamentos e ferramentas organizados, bem como para adoção de cuidados gerais com máquinas e eletricidade. Outras atividades trabalhadas foram as questões da qualidade de vida, plantas bioativas, soberania e segurança alimentar e nutricional sustentável, produção com diversificação para o autoconsumo, educação alimentar e nutricional, resgate dos hábitos alimentares saudáveis e educação ambiental: saneamento básico, água, solo, embelezamento de arredores e tratamento de dejetos. A alimentação e sua produção na agricultura de base familiar está diretamente relacionada com o que é produzido e o que se come, e desta relação resulta a cultura alimentar local (MOSSMANN e TEO, 2017). Assim, é importante destacar que a oferta de alimentos *in natura*, especialmente frutas e hortaliças, tornam a refeição mais saudável, além de apresentar uma maior diversidade de sabores e colorações, sendo de grande importância, pois de maneira geral o consumo de frutas e hortaliças pela população brasileira é reconhecidamente muito baixo (LEVY et al., 2012). Nesta etapa cada família participante recebeu 4 mudas de árvores nativas sendo 3 ipês (rosa, amarelo e roxo) e uma de guabirova, numa proposta conjunta com a Secretaria municipal de Meio Ambiente, pois com o passar do tempo as árvores floridas e as frutas amareladas da guabirova serão lembranças do Projeto. A disponibilidade e a inserção da guabirova vai significar o aumento da variedade de frutas introduzidas nas propriedades e assim também pode vir a despertar a busca de conhecimento sobre a existência das espécies, suas características e seus potenciais de uso, bem como quanto a métodos de colheita, plantio, manejo e processamento (KÖHLER e BRACK, 2016).

A fim de incentivar a produção de alimentos para o autoconsumo foram feitas visitas técnicas. Foram realizadas duas excursões, a primeira em uma propriedade rural da localidade de Linha Turvo e outra na localidade de Santo Antônio, ambas no município de Três Passos. O foco das visitas foi a produção para o autoconsumo, a forma de produção e comercialização, embelezamento de arredores com plantas medicinais e plantas da região, bem como todo o processo de biodiversidade de frutíferas e animais da propriedade, além da história pessoal dos agricultores que relataram suas experiências aos visitantes. Após, foi realizado um debate sobre o que tinham visto durante o dia e entre as considerações destacaram-se o fato da horta onde o grande grupo demonstrou interesse em colocar em prática alternado verduras, chás e temperos, a importância em ter um técnico na propriedade para buscar os recursos e a instrução para

Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

implantação de piquetes e o melhoramento da atividade leiteira, além do artesanato, onde muitas mulheres demonstraram interesse, embora tenham destacado que não tem informações sobre onde realizar os cursos. Todas as atividades observadas estão de acordo com Souza e Buainain, (2017), que salientam que a agricultura familiar pode ser competitiva e representativa no mercado, principalmente quando se especializa em determinado produto. Portanto, as visitas técnicas permitiram a motivação dos envolvidos no projeto e despertaram para novas ideias e desafios. Ainda permitiram inferir que as políticas públicas têm muita importância, pois contribuem para a inclusão de grupos que historicamente não tiveram seus interesses representados no processo político brasileiro. A inclusão dessas minorias foi muitas vezes parte do debate, mas poucas vezes isso foi posto em prática. Isso aos poucos mudou, e diversas medidas foram tomadas para que práticas democráticas de empoderamento da cidadania e de gestão pública inclusiva fossem realizadas.

Com relação ao diagnóstico das famílias participantes do programa, na Tabela 1 está relacionada à faixa etária dos atores sociais contemplados em conformidade com o gênero destes.

Tabela 1 – Faixa etária dos atores sociais contemplados pela ação social.

Mulheres até 30 anos – 04	Homem até 30 anos – 01
Mulheres de 30 a 39 anos – 20	Homens de 30 a 39 anos – 10
Mulheres de 40 a 49 anos – 15	Homens de 40 a 49 anos – 23
Mulheres com mais de 50 anos – 09	Homens com mais de 50 anos – 14

Fonte: Autores, 2018.

Relacionado a situação de posse, verificou-se que grande parte dos beneficiários possuem dificuldades na regularização da documentação das terras (Tabela 2). Isso resulta numa série de problemas, principalmente quanto ao acesso a políticas públicas e crédito.

Tabela 2 - Situação de posse de terras das famílias avaliadas.

Situação da posse	Nº Famílias
-------------------	-------------

Herança (sem documentação)	10
PNCF	07
Proprietário	07
Compra e Venda	02
Contrato arrendamento	07
Cedência	05
Parceria	09
Separação	01

Fonte: Autores, 2018.

Referente ao estado de conservação verificou-se que 05 famílias possuem moradias em bom estado de conservação, 17 famílias com habitação em situação péssima, 17 habitações em situação regular e 09 famílias com casas em situações muito precárias.

Relacionado ao saneamento básico levantaram-se os seguintes dados: Banheiro/Fossa negra em 29 famílias; Banheiro fora de casa em 04 famílias e Patente em 15 famílias. Na maioria das propriedades foi muito visível a questão do lixo jogado no pátio e o lançamento dos dejetos animais a céu aberto.

Quanto ao item habitação das famílias, as situações estão descritas na Tabela 3.

Tabela 3 - Indicador Social – habitação.

Tipo de moradia	Nº de famílias
Moradia de madeira	40
Moradia de alvenaria	06
Moradia sem reboco	01
Sem moradia	01

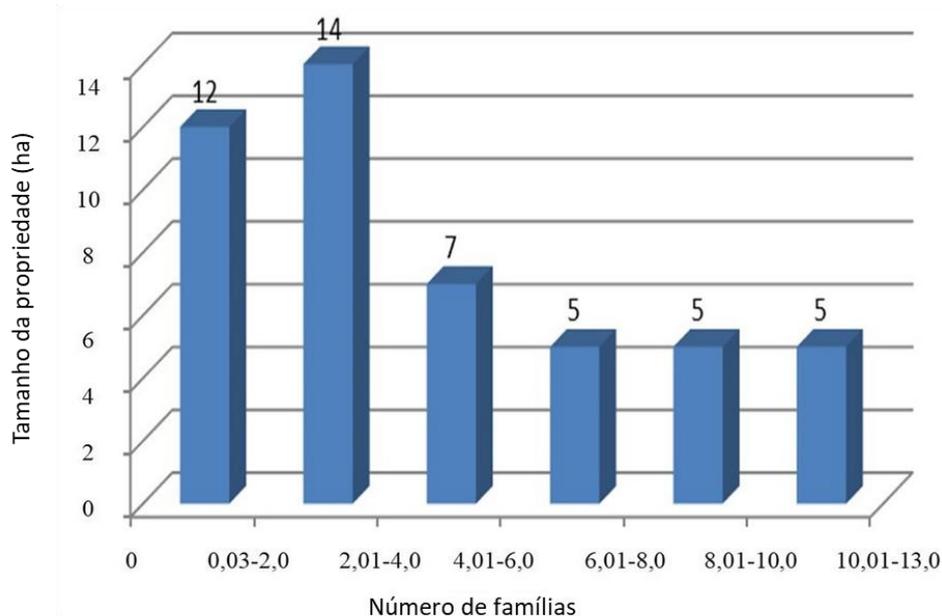
Fonte: Autores, 2018.

Referente aos serviços de saúde, 56,25% das famílias são atendidas junto a Unidade de Saúde no distrito e 43,75% das famílias na sede. Ainda, segundo informações dos beneficiários, não houve internações no último ano e o acesso é eventual (somente em caso de necessidade). Além disso, verificaram-se sérios problemas de saúde decorrentes da atividade rural e a Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

necessidade de programa específico para o meio rural (olhar sistêmico), sendo que a dificuldade de transporte compromete a revisão, como por exemplo, em casos de fraturas.

O tamanho das propriedades pode ser observada na Figura 1. No que tange a matriz produtiva, merece destaque a atividade leiteira que está presente em 62,5% das propriedades. Isso em razão de que a atividade apresenta facilidade na comercialização, aproveitamento da mão de obra familiar, pois na maioria das vezes a atividade é desenvolvida por mulheres, além de representar também alimento para as famílias. Na atividade leiteira trabalham 30 famílias, 08 famílias desenvolvem atividade na produção de fumo, 05 famílias com plantio de milho, 04 famílias cultivam somente para subsistência e 03 famílias cultivam soja.

Figura 1 – Tamanho das propriedades.



Fonte: Autores, 2018.

Em relação a produção para autoconsumo os dados podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 - Produção para o autoconsumo.

Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

Produto	Nº Famílias
Mandioca	48
Milho	42
Hortaliças folhosas	43
Moranga e abóbora	41
Batata doce	40
Cenoura	39
Feijão	27
Cana-de açúcar e amendoim	10
Batata	08
Milho pipoca	2

Fonte: Autores, 2018.

Além disso, existem cerca de 34 famílias produzindo plantas bioativas, 10 famílias produzindo cebola e melão, 09 famílias produzindo melancia, 08 famílias produzindo pepino, 04 famílias produzindo tomate e 02 famílias produzindo chuchu.

Quanto aos pomares de frutíferas, os citros estão presentes em 42 unidades familiares, pessegueiros em 35 famílias, bananeiras em 05 famílias, videiras em 03 famílias e produção de figos em 01 unidade familiar.

Na atividade pecuária observou-se que é relevante a criação de frangos, pois todas as famílias criavam, totalizando 1375 animais. Bovinos em geral somam 242 animais, bovinos de leite 179 cabeças e 144 suínos e criação de peixe presente em 12,5% das famílias.

Referente a outros alimentos e produtos temos a seguinte situação: produção de ovos em 44 famílias, panificados em 31 famílias, doces em 30 famílias, atividade leiteira presente em 30 famílias, queijo em 15 famílias, mel em 03 famílias e vassoura em 01 família.

Resultados levantados junto as entrevistas mostraram possibilidades para o projeto sócio produtivo. Estes estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5 - Possibilidades para Projeto Sócio Produtivo.

Possibilidades	Nº Famílias
----------------	-------------

Atividade leiteira	18
Produção de alimentos	18
Horta, cercamento da casa	15
Matéria-prima para produzir vassouras	03
Outros (pequenos animais)	03
Reformas casa	02
Não sabem	06

Fonte: Autores, 2018.

BARROS e HENRIQUES (2016) afirmam que "o Brasil não é um país pobre, mas extremamente injusto, desigual e com muitos pobres", concluindo que "a origem da pobreza do Brasil não está na falta de recursos, mas na má distribuição dos recursos existentes". Essa desigualdade na distribuição de renda é entendida, assim, como a causa determinante da pobreza no país. Os resultados obtidos no presente projeto estão em acordo com o que é descrito por Barros e Henriques (2016), pois com a realização do diagnóstico com as famílias observou-se uma ampla gama de espécies cultivadas e animais manejados, porém, com deficiência nas formas de condução e em pequenas áreas, bem como, sem assistência técnica, o que dificulta a condução das atividades.

Um dos grandes problemas enfrentados quando se trabalha pobreza e inclusão é o estigma. O estigma visa tornar o processo social excludente e apresentar as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real e responsabilizando os estigmatizados pela sua exclusão, como resultado da incapacidade de adaptação ao meio ou ao trabalho (no caso dos caboclos). Visa, enfim, evitar a negação do modelo social que lhes é estruturalmente excludente (GOFFMAN, 1988). O estigma atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso (GOFFMAN, 1988). Estigmatizando grupos sociais, reafirma-se a ordem social imposta pela responsabilização dos excluídos, pela própria condição e pela incapacidade de incluir-se através dos mecanismos convencionais, especialmente o trabalho. As diferenças sociais são apresentadas como naturais, invertendo a percepção do real.

Desta forma, com o presente estudo foi possível evidenciar que a cidadania não é só o fator econômico, mas principalmente o fator de oportunidade. Excluído é aquele que não é reconhecido como sujeito. Um exemplo simples consiste em entrar em um restaurante e almoçar, porém, para muitas mulheres que participaram do programa e deste estudo esta foi uma atividade diferente e única de estar diante de um ‘buffet’ de alimentos e poder escolher do que se alimentar. Em grupo, fazendo parte de uma capacitação percebeu-se que esta é uma barreira social, não só econômica. Em depoimentos emocionados muitos participantes citaram que foi a primeira vez que entraram em um restaurante para almoçar.

Historicamente, ocorre um processo de descapitalização dos agricultores familiares e êxodo rural correlacionado a conjuntura ditada pelos grandes grupos agroindustriais que exigem escala de produção e padrões sanitários cada vez mais restritivos, portanto, tem-se a necessidade do fortalecimento da agricultura familiar, da revalorização das paisagens rurais e da busca de estratégias alternativas de geração de renda no espaço rural (JUNIOR e LOCH, 2014).

Referente as capacitações, cada uma também teve suas características, mas como importância podemos destacar o entrosamento entre o grupo, troca de experiências, etc. sempre sendo valorizados os atores sociais e também as paisagens onde se inserem.

Verificou-se que a maioria das famílias investiu os recursos na criação de pequenos animais como frangos, horta e produção de leite, ligados à segurança alimentar dessas famílias.

Segundo dados obtidos das entrevistas no que se refere a melhoria na qualidade de vida, 90% dos entrevistados mostraram-se satisfeitos com as atividades propostas, considerando melhorias na renda, alimentação, saúde, educação, relacionamento com a família e com outras pessoas. Quanto à renda, 95% responderam que houve melhoria na renda da família. No assunto alimentação, 95% das famílias responderam que houve muita melhoria. Na saúde 17 responderam que melhorou. Sobre autoconfiança, 52% dos beneficiários afirmaram que aumentou bastante, 33,33% afirmaram que ficou como era, enquanto que 12,5% salientaram que aumentou pouco sua autoconfiança.

Os resultados obtidos com a execução da ação foram significativos e ficam evidentes nos relatos feitos pelos participantes do projeto:

“Foi muito bom porque a verdura que nos quiser tem lá” – referindo-se a horta.”

“Melhorou nossa alimentação com a horta e criação de frangos”.

“Gostei muito, vi coisa que com o tempo vamos fazer na propriedade”.

“Melhorou e aumentou a renda e o leite”.

“Foi bom, pois aprendi com os outros com a troca de sementes e ideias”.

“Melhorou o pasto, adubação e a renda”.

Mudou nossa alimentação, com ovos e galinha”.

Após todos os levantados apresentados pode-se afirmar que o Projeto de Fomento a Inclusão Produtiva no município de Três Passos teve resultados muito positivos em vários aspectos: melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, melhorias relacionadas à segurança alimentar e inclusão social. Por outro lado, sabe-se que é impossível se reverter um processo de exclusão que persiste por décadas, em somente dois anos de acompanhamento e também com recursos limitados para tirar estas famílias da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou construção (FREIRE, 1996). Essas possibilidades puderam ser vivenciadas no dia a dia das visitas técnicas realizadas pelos técnicos da EMATER. Com alegria cada família mostrava suas melhorias, desde a primeira postura das frangas, os primeiros legumes e verduras e a pastagem, mostrando que tinham alimentos em quantidade para os animais. Contudo, as ações devem ser associadas a participação dos agricultores envolvidos e não ser como algo imposto sem considerar a opinião dos mesmos, bem como as características locais. Os agricultores, atores sociais, precisam ter voz ativa e valorização de seus conhecimentos, além de motivação para participar de programas que visam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida como um todo. Portanto, este estudo permite concluir que os programas sociais voltados para os menos favorecidos são fundamentais e essenciais para diminuir as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitas famílias vivendo na zona de extrema pobreza no município de Três Passos, morando em casas precárias, com pouca área agrícola e sem recursos.

As ações do Programa de Fomento à inclusão social e produtiva foram efetivas, porém, novas ações e com mais recursos devem ser realizadas a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida destas e de outras famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional**, 1998. Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. 1999. Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo social**, v. 21, n. 1, p. 65-77, 2009. Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, R. e MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, April 14-16, New Delhi, India, 2010. Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, Ricardo.; VEIGA, José, Eli. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília/DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641). Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, 2000. Disponível em www.ifibe.edu.br. Acesso em dezembro 2017.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec/ANPOCS / UNICAMP, p. 275, 1992.
- ALBERGONI, Leide.; PELAEZ, Victor. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, p. 1, 2007.
- AQUINO, Jocar, Rufino, De.; GAZOLLA, Marcio, SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.
- BARROS, Ricardo, Pais, de, HENRIQUES, Ricardo. **Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais**. Anais, p. 1-21, 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.346. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília, setembro de 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, 2011.
- Revista Extensão em Foco, nº 18, Jan./ Jun. (2019), p. 107 - 123.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento: Primeiros Apontamentos**. Brasília, 2014 (mimeo). Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em janeiro 2018.
- CASTRO, Adão, Carlos, Quadros de. **Impactos regionais de mudanças tecnológicas na agropecuária: Região Ceilero do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2001. 194p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- DA COSTA, Vibérica, Gonçalves.; GONÇALVES, Alicia, Ferreira. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 1, n. 9, 2015.
- DELGADO, Guilherme, Costa.; BERGAMASCO, Sonia, Maria, Pereira, Pessoa. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- EMBRAPA – Embrapa Monitoramento por Satélite. Disponível em www.cnpm.embrapa.br. Acesso em novembro 2017.
- EMATER/RS - **Referência de Qualidade em Extensão Rural**. Disponível em www.emater.tche.br. Acesso em janeiro 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 1988.
- GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- GUANZIROLI, Carlos. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Editora Garamond. 2001.
- HOBBLINK, Henk. Biotecnologia: muito além da revolução verde. In: **Biotecnologia: muito além da revolução verde**. Riocell. 1990
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Sociais**. Disponível em ww2.ibge.gov.br. Acesso em janeiro 2018.
- JUNIOR, Douglas, Emerson, Dieck, Heidtmann.; LOCH, Carlos. Cultural landscape and the new possibilities for familiar rural activity. **Ciência Rural**, v. 44, n. 11, p. 1988-1994, 2014.
- KNIGHT, Peter, Tales. **Substituição de Importações na Agricultura Brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul**. Estudos Econômicos, São Paulo, SP, v. 1, n. 3, p. 71-101, 2018.
- KÖHLER, Matias; BRACK, Paulo. Frutas nativas no Rio Grande do Sul: Cultivando e valorizando a diversidade. **Agriculturas**, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2016.
- LEVY, Renata, Bertazzi.; CLARO, Rafael, Moreira.; MONDINI, Lenise.; SICHIERI, Roselu.; MONTEIRO, Carlos, Augusto. Distribución regional y socioeconómica de la disponibilidad domiciliar de alimentos en Brasil, 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 1, p. 6-15, fev. 2012.
- MACHADO, Jose´, Tobias, Marks. **Dinâmica da agricultura em uma região periférica do noroeste do Rio Grande do Sul**. 2018.

- MATOS, Alan, Kardec, Veloso. **Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.
- MATTEI, Lauro. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. In: **XXXIII International Congress of LASA**, San Juan Puerto Rico, v. 29, 2015.
- MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.
- MOSSMANN, Marcia, Pozzagnol.; TEO, Carla, Rosane, Paz, Aruda. Family farming products in school feeding: perceptions of social actors on the legislation on and its implementation. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 31-43, 2017.
- NOVAES, Henrique, Tohan. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 9, n 1, 2017.
- PASQUETTI, Elir, Paulo. Sucessão na Agricultura familiar no Município de Nova Candelária/RS. **Revista da Emater**. Disponível em www.emater.tche.br. Acesso em julho de 2018.
- SABOURIN, Eric. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar**, 2017.
- SANTOS, Edina, Guilherme, Dos. **A inclusão produtiva do plano Brasil sem miséria: análise dos aspectos sociais, econômicos e ambientais no território do Mato Grande/RN** (Master's thesis, Brasil), 2017.
- SCHNEIDER, Sergio. 2016. **Mercados e agricultura familiar**. Cadernos do CEAM, v. 7, p. 33-44, 2016.
- SERRA, Letica, Silva.; MENDES, Marcela, Rui, Felix., SOARES, Maria, Vitória, De Araujo.; SOUZA, Raquel, Pereira, de.; BUAINAIN, Antônio, Marcio. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 21, n. 2, p. 308-331, 2017.
- MONTEIRO, Isabella, Pearce. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v. 4, 2016.
- TRENNEPOHL, Dilson.; MACAGNAN, Roberto. Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 1, p. 195-220, 2008.